



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
Av Anchieta, 200 - Bairro Centro - CEP 13015-904 - Campinas - SP - www.campinas.sp.gov.br
Paço Municipal

PMC/PMC-SMGC-GAB

MANIFESTAÇÃO

Campinas, 30 de março de 2026.

Processo PMC.2026.00027088-36

Assunto: Consulta sobre despesas com estacionamento.

À Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano (SMPDU)
Senhor Secretário,

A **SMPDU** solicita manifestação da Secretaria Municipal de Gestão e Controle (**SMGC**) quanto à "adequação do enquadramento das despesas com estacionamento em contrato administrativo, em substituição à sua execução por regime de adiantamento."

A **Lei Municipal nº 12.803/2006**, que dispõe sobre o regime de adiantamento autoriza a utilização de tal regime para a realização de despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação, assim consideradas **aquelas cuja excepcionalidade e urgência tornem inviável a espera pela ulitimação de procedimento licitatório ou contratação direta**, inclusive emergencial.

Nos exatos termos do art. 2º da precitada Lei, o adiantamento pode ser aplicado para atender a **despesas miúdas e de pronto pagamento** (inciso I); **efetuadas distantes da sede do Município** (inciso II); **que custeiem viagens de agentes públicos a serviço do Município** (inciso III) e para **despesas extraordinárias e urgentes** (inciso IV).

O **Decreto regulamentador nº 15.806/2007** dispõe, em seu art. 4º, as hipóteses legais seguidas de rol exemplificativo, a saber:

Art. 4º As hipóteses de adiantamento previstas em lei são as definidas a seguir: (...)

II - **despesas efetuadas distantes da sede do Município**: com traslado, alimentação e estada de agente público, **quando em viagem de interesse do Município**.

III - **despesas que custeiem viagens de agentes públicos a serviço do Município**: com viagens temporárias, diárias, ajuda de custo, aquisição de bilhete ou passagem de transporte, necessários ao deslocamento do servidor para destino diverso do Município, estado ou país e seu respectivo regresso, **desde que não haja empresa contratada para prestar tal serviço**.

IV - **despesas extraordinárias e urgentes**: não elencadas nos itens anteriores, de natureza excepcional, que deverão ser devidamente **justificadas e expressamente**

autorizadas pelos Secretários das áreas interessadas, desde que cumpridos os requisitos legais.

Sempre **recomendável o processo normal de aplicação**, se possível e viável, com **a contratação precedida de licitação ou sua dispensa ou inexigibilidade**, como sucedâneo ao **regime excepcional do adiantamento, previsto no art. 68 da Lei Federal nº 4.320/1964, com limite estabelecido no art. 95, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.**

Como exemplo, cite-se o Termo de Contrato nº 222/2025, disponível em <https://portal-adm.campinas.sp.gov.br/sites/default/files/contratos/T.%20Adesao.pdf>, que objetiva a **prestação de serviço de passagem automática**, com cobrança e pagamento eletrônico em praças de pedágio e **estacionamentos credenciados**, que empregam o uso de passagem automática, através de etiqueta de tarifação magnética (TAG) e com abrangência nacional, para instalação na frota de veículos que atende ao Gabinete do Prefeito.

Importante ressaltar, no entanto, que **tal opção não induz à impossibilidade de se utilizar outros mecanismos como o adiantamento, em situações excepcionais**, cuidando-se apenas de **evitar o pagamento cumulativo**, vale dizer, adiantamento concomitante ao pagamento eletrônico via TAG instalado no veículo.

Em suma, em resposta objetiva à questão formulada, **a cobertura das despesas com estacionamento em contrato administrativo escrito**, decorrente de licitação ou sua dispensa ou inexigibilidade (regime normal de aplicação), **deve ter precedência à utilização do contrato verbal** (regime de adiantamento).

Na expectativa de termos atendido satisfatoriamente à consulta formulada, subscrevemo-nos.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE - OAB 134.974, Procurador(a)**, em 30/03/2026, às 16:00, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ALBERTO ALVES DA FONSECA, Secretário(a) Municipal**, em 30/03/2026, às 16:43, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.campinas.sp.gov.br/verifica> informando o código verificador **18262919** e o código CRC **25BDF5C3**.